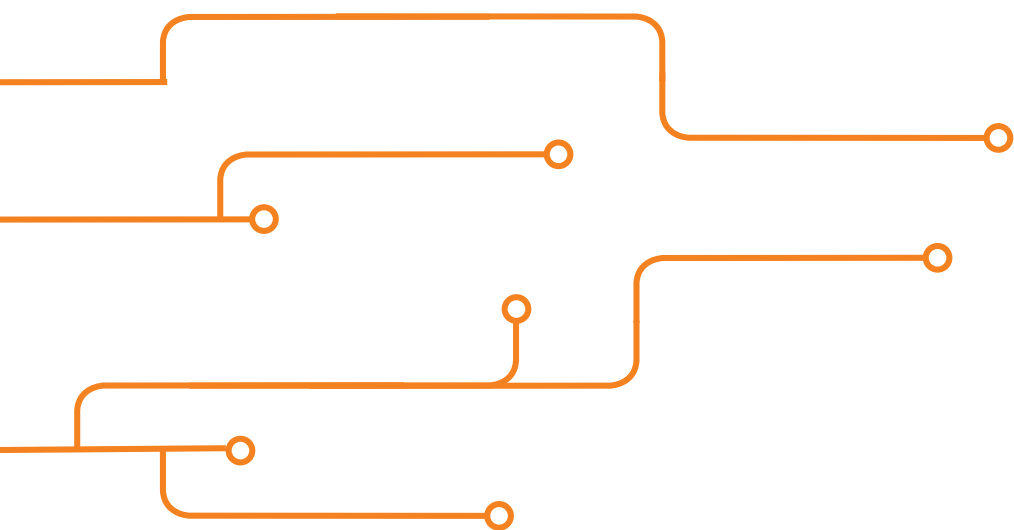


CIDA RAMOS

P R E F E I T A P S B 4 0





APRESENTAÇÃO

*Penso em venturas! A alma do homem pensa
Sempre em venturas! Sorte do homem! O homem
Há de embalar eternamente a Crença (...)*

Augusto dos Anjos – Meditando

As eleições municipais de 2016 ocorrem, em todo o país, num ambiente histórico-político marcado por circunstâncias e acontecimentos tão dramáticos quanto decisivos para todos nós brasileiros e para os destinos de nossa jovem e frágil DEMOCRACIA.

Em 127 anos de regime republicano, o Brasil experimentou apenas 27 anos de normalidade democrática continuada. Esse período, iniciado em 1989, com a eleição direta do primeiro presidente empossado após 21 anos de ditadura civil-militar, foi interrompido, recentemente, por drástica ruptura institucional.

O processo, ainda em curso, desafia o Estado Democrático de Direito, ameaça a conquista dos direitos de cidadania, desrespeita a legitimidade e a soberania da vontade popular, divide maliciosamente os brasileiros e reagrupa forças políticas conservadoras e autoritárias. Revela em cores vivas aquilo que podemos identificar como a VELHA POLÍTICA.

É a “festa” dos acordos de gabinete, do balcão de barganhas, dos interesses restritos de grupos de poder, de velhas oligarquias, das tenebrosas transações. Tudo em detrimento das necessidades e da vontade da maioria da sociedade por renovação política, por justiça social, por equidade econômica.

Nestas eleições, portanto, além de indicar um novo prefeito para nossa cidade – o que também é uma necessidade urgente –, nossa escolha terá mais três outros desafios importantíssimos.

O primeiro deles será o de reafirmar o compromisso de todos nós, brasileiros conscientes, com a defesa da DEMOCRACIA como valor universal e como o regime de governo conquistado pela soberania popular e consagrado na Constituição.

O segundo desafio será o de nos juntarmos à consciência crítica de nosso povo, compreender o momento histórico e dar um basta à VELHA POLÍTICA, sempre orientada para beneficiar os grandes interesses de pequenos grupos que se instalam e se reproduzem indefinidamente nas estruturas de poder, muitas vezes por meio de práticas demagógicas, obscuras ou, até mesmo, ilegais ou corruptas.

Por fim, especialmente em João Pessoa, teremos o desafio de retirar nossa cidade da mediocridade, da maquiagem urbana e do faz-de-conta administrativo em que foi mergulhada pela atual gestão e a recolocarmos no caminho de seu VERDADEIRO desenvolvimento.

A experiência bem sucedida das gestões municipais lideradas pelo PSB, especialmente entre 2005 e 2012, com TRABALHO DE VERDADE, proporcionou à nossa cidade um amplo e reconhecido processo de transfor-

mação caracterizado pela inovação de modelos de governança – transparentes, eficientes, republicanos –, pela excelência de indicadores sociais, pela criação de processos e estruturas de controle social e de participação popular, pelo planejamento e desenvolvimento urbanos competentes.

Esse é o convite e a convocação fraternos que nós da Coligação TRABALHO DE VERDADE apresentamos a todos os pessoenses nestas eleições. Como ***a alma do homem*** do grande poeta paraibano Augusto dos Anjos, vamos JUNTOS pensar em venturas e embalar nossa Crença numa CIDADE HUMANA, INCLUSIVA, SEGURA, EFICIENTE, SUSTENTÁVEL, CONTEMPORÂNEA, INTEGRADA, DEMOCRÁTICA, TRANSPARENTE e ACESSÍVEL.

VAMOS JUNTOS!

João Pessoa, 5 de agosto de 2016.

Cida Ramos

PSB, PTB, PEN, PRP, DEM, PDT, PR, PPS, PTdoB, PROS,
PRTB, PV, PSL, PPL, REDE, PMB e PTC

INTRODUÇÃO

JOÃO PESSOA tem, hoje, conforme dados projetados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), cerca de 800 mil habitantes. Em sua Região Metropolitana há 11 outros municípios, em que vivem mais 460 mil pessoas. Diariamente, afluem para a capital do estado milhares de habitantes dessas cidades para seus postos de trabalho ou à procura de serviços públicos diversos. Igualmente, centenas de residentes em João Pessoa circulam por esses municípios. Portanto, além de uma capital em processo natural de expansão urbana, nossa cidade é, também, o eixo integrador de uma região metropolitana com a qual estabelece interações permanentes e crescentes; o que requer pensá-la e planejá-la de modo articulado e cooperativo.

Entre 2005 e 2012 nossa cidade vivenciou uma nova forma de governar. Aquela na qual o cidadão está no centro da ação da política pública, desde a sua priorização e concepção até a sua execução, seja como um beneficiário direto da ação da Prefeitura em suas mais diversas áreas de atuação, seja no monitoramento da atuação do poder público.

As mudanças sociais propostas pelo projeto político do PSB visam à redução das desigualdades sociais, à elevação da cidadania e das condições de vida da população e ao fortalecimento das políticas públicas que geram bem-estar social, com prioridade para as populações mais vulneráveis. Nesse sentido, atuou para a ampliação do acesso e reestruturação das redes de assistência e serviços públicos, para a ampliação das políticas públicas e qualificação da demanda, assim como para o fortalecimento da participação popular na formulação e fiscalização das políticas públicas.

Alcançar esse patamar implicou num trabalho intenso e contínuo voltado para revitalização das infraestruturas, melhoria nos processos e organização do trabalho e monitoramento de resultados. Os primeiros desafios referiam-se a localizar e construir informações para traçar os planos de ação, quebrar os vícios clientelistas existentes, revitalizar as estruturas e implantar novos serviços. Por se tratarem dos maiores serviços

utilizados pela população e pela sua importância na vida da cidade, as políticas públicas de saúde, educação, desenvolvimento social e geração de renda tiveram prioridade, assim como as políticas de inclusão dirigidas às populações de mulheres, idosos, jovens, pessoas com deficiência, trabalhadores, crianças e adolescentes, negros e população LGBT.

No início de 2005, as preocupações principais estavam voltadas para a recuperação da infraestrutura, uma vez que as condições das escolas e dos serviços de saúde eram precárias e a rede de assistência social se encontrava desestruturada. Em 2008, o desafio foi ampliar os avanços obtidos que propiciaram uma mudança na forma de governar, produzindo resultados positivos no modelo de gestão, nos indicadores sociais, na modernização administrativa, no controle social e no planejamento urbano.

Os investimentos ocorreram de forma inovadora. Foram criados novos mecanismos de governo, tais como a **Secretaria de Habitação**, que em dois mandatos entregou à população mais de 10.200 novas casas; a **Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres**, que dentre outras ações implantou a política de enfrentamento à violência contra a mulher; a **Secretaria de Ciência e Tecnologia**, que fomentou o desenvolvimento de uma virada para inclusão social, implantando 23 estações digitais com internet e cursos gratuitos; a **Secretaria do Trabalho, Produção e Renda**, que municipalizou o sistema de emprego e renda e criou a linha de crédito popular (Empreender-JP); além da **Secretaria da Transparência Pública**, órgão responsável por garantir a moralidade e publicização dos atos de governo, fortalecer as práticas de controle social e possibilitar a participação popular na definição do uso dos recursos públicos; o **Orçamento Democrático Municipal**, que possibilitou a participação popular na priorização e planejamento de novas políticas públicas; e, por fim, a **Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer**, que investiu no esporte amador, recuperou campos comunitários e criou as atividades desportivas nas praças.

Alguns importantes indicadores de qualidade refletem o comprometimento de uma gestão baseada no cuidado humanizado das pessoas. São os casos da redução da mortalidade infantil de 17.5 (em 2004) para 12.3 (em 2011) por mil nascidos vivos e da expansão da cobertura do Programa Saúde Família, que alcançou quase 90% do município. Na educação, em 2007, 2009 e 2011, ultrapassamos a meta do Índice de desenvolvimento da educação básica projetada pelo MEC e recuperamos toda a rede escolar do município, o que deu mais dignidade ao nosso estudante e aos professores, técnicos, auxiliares e gestores da rede municipal. Contudo, os desafios existentes para impulsionar a cidade de João Pessoa a patamares mais elevados de desenvolvimento humano ainda exige do poder público e da sociedade compromisso e passos firmes.

A CIDADE QUE PODIA TER SIDO E QUE NÃO FOI

A administração municipal que agora encerra seu mandato não soube o que fazer com essa **herança bendita** que recebeu das gestões anteriores nem com o enorme volume de recursos repassados pelo governo federal – a quem, aliás, registre-se, virou as costas assim que começou a onda de denúncias e manipulações articuladas, que acabou conduzindo o país à grave situação em que se encontra.

As gestões do PSB e partidos coligados à frente da Prefeitura, entre 2005 e 2012, como se viu, deixaram para João Pessoa e para a administração que aí está um legado, sem precedentes, de realizações, de transformações, de inovações, de recursos e de plataformas para o futuro da cidade.

Com amplo apoio popular (64,4% dos votos em 2004 e 74% em 2008), as administrações socialistas requalificaram profundamente os métodos e práticas da gestão bem como as relações entre o poder público municipal e a sociedade, tornando-as efetivamente democráticas, republicanas e transparentes. Essa experiência exitosa projetou João Pessoa, nacional e internacionalmente, como modelo e referência em gestão de políticas públicas e criação de programas sociais. Num exercício cotidiano de interlocução social, pessoas dos mais variados perfis participaram da implantação de um formato novo de governança. Sua premissa básica foi o **empoderamento da população**, que passou a conduzir seu próprio destino cidadão e urbano, impulsionada pela conquista de espaços democráticos, de participação e de controle social.

Contudo, incapaz de romper com os vícios e deformações da velha política, em que se ambienta e se completa, assim como sem condições de compreender o significado dessas conquistas para o povo e a sociedade de João Pessoa; a administração que termina foi completamente incapaz de conduzir a cidade na direção de seu desenvolvimento competente e sustentável, cujas bases foram construídas pelas gestões socialistas.

Por ação, por omissão, por incompetência e/ou por meio de práticas já questionadas e em processo de investigação pelos órgãos do controle externo, a Prefeitura reduziu drasticamente os recursos para investimentos na cidade; em meio a uma das mais graves crises de financiamento público, foi obrigada a devolver milhões de reais em recursos federais de convênios; permitiu a crise em setores essenciais de saúde, que atinge os segmentos mais carentes e dependentes da população; com a “esperteza” torpe da velha política, realiza – mal e pouco – obras apenas cosméticas. Algumas delas com apelo emocional e midiático, entregues – desnecessárias, incompletas ou erradas, não importa – às vésperas das eleições, para atrair o voto do eleitor desinformado ou cansado de tapeações.

Em lugar da transparência, da ética, da eficiência, da visão de futuro, do arrojo gerencial – obrigações do gestor público –, a Prefeitura manipula informações, simula o trabalho, pratica e esconde irregularidades, negligencia a cidadania, engana a sociedade. Desse modo, desperdiça absurdamente as excepcionais condições que recebeu das gestões socialistas não só para aperfeiçoar ainda mais nossa cidade como também, e sobretudo, para prepará-la para o futuro cada vez mais próximo e desafiador com suas demandas e possibilidades.

MUDAR PARA TRANSFORMAR

Assim é que, para recolocar João Pessoa no caminho de suas vocações e potencialidades, para enfrentar os dilemas e as necessidades crescentes de seu desenvolvimento social e econômico, para devolver a cidade a TODOS os seus CIDADÃOS, É PRECISO MUDAR.

Para isso, é necessário que voltemos a defender as bandeiras comuns, reunidas lá atrás, quando um contingente de mulheres e homens, maduros e jovens, decidiu tomar para si a responsabilidade histórica de reformular seu próprio destino.

Esse é o alimento que nos fortalecerá, na busca incessante por uma vida digna para cada um, com um teto seguro, uma mesa farta e o coração cheio de esperança em novos dias. O futuro que imaginamos ontem deve voltar a ser o nosso presente. Um outro tempo tem que recomeçar agora.

Esse projeto, capaz de DEVOLVER a João Pessoa uma perspectiva real de governo VERDADEIRAMENTE comprometido com o TRABALHO, animou amplas forças e segmentos de nossa cidade. Desde novembro de 2015, um conjunto variado e crescente de lideranças, militantes sociais e especialistas se dedicou à tarefa de construir um programa estratégico para oferecer aos cidadãos e eleitores de nosso município. Também, dezenas de reuniões, encontros setoriais e plenárias expuseram os principais dilemas, críticas e expectativas de amplos segmentos das 14 regiões do Município.

Esse conjunto articulado de conceituações, diagnósticos e orientações programáticas segue aqui estruturado em Quatro Eixos Estratégicos; em Áreas por Eixo; em Diagnósticos e Metas Gerais por Área.

Nosso projeto está, portanto, organizado em torno dos Eixos seguintes:

EIXO 1 | Cidade Humana, Inclusiva e Segura, referente às políticas públicas;

EIXO 2 | Cidade Eficiente, Sustentável e Contemporânea, relativo à infraestrutura e ao desenvolvimento;

EIXO 3 | Cidade Integrada, Democrática e Transparente, referente à Cidadania e à perspectiva metropolitana; e

EIXO 4 | Cidade Acessível; tocante à importância central e contemporânea da acessibilidade urbana



**CIDADE HUMANA,
INCLUSIVA, SEGURA**



SAÚDE

O município de João Pessoa está atualmente posicionado entre as capitais do Nordeste com uma das maiores coberturas de atenção básica em saúde, o que compreende um número de 187 equipes de saúde da família, legado das gestões socialistas.

A garantia de estrutura e as condições adequadas de trabalho para essas equipes são obrigações inevitáveis da gestão municipal. Sabe-se que a missão de uma equipe de saúde da família é realizar o acompanhamento epidemiológico de uma população delimitada em um território e desenvolver esforços para viabilizar a atenção em saúde, contemplando projetos terapêuticos adequados para cada localidade, área, região, família e/ou usuário do sistema.

A rede de atenção especializada deve nesse contexto funcionar como prioritária dentro da lógica de acompanhamento das equipes, uma vez que todo o suporte técnico de exames, consultas especializadas e procedimentos tem que estar à disposição da atenção básica, proporcionando as condições ideais para a continuidade das linhas de cuidado.

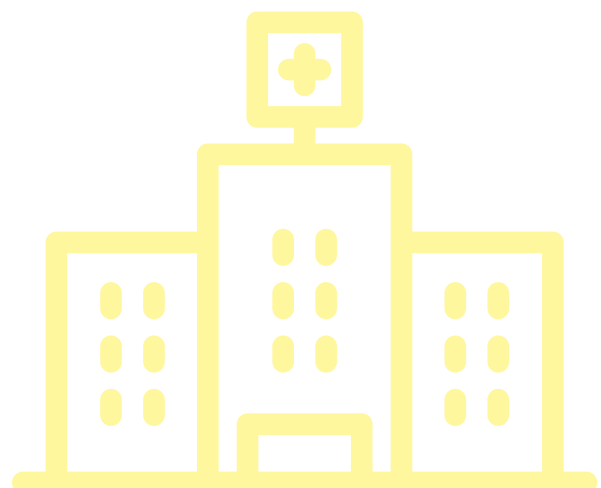
Os números oficiais do Sistema de Acompanhamento da Gestão de Recursos da Sociedade, do Tribunal de Contas do Estado (SAGRES/TCE), demonstram claramente que a população de João Pessoa necessita de respostas rápidas e fortes para a área da saúde. O que se constata, entretanto, é que o projeto político e a ação administrativa da atual gestão municipal não foram capazes de realizar qualquer mudança que produzisse benefícios diretos para a vida das pessoas. Seus investimentos em saúde são inexplicavelmente reduzidos e os gastos com a folha de pessoal aumentam sem qualquer planejamento, o que só agrava a situação fiscal da Prefeitura e impede a implantação de novos projetos.

As proposições deste Plano de Governo explicitam para o eleitor que as intervenções não podem restringir-se às questões estruturais, é preciso republicanizar o setor de saúde sob responsabilidade do município.

É possível e necessário devolver aos cidadãos que utilizam esses serviços as condições plenas de acesso ao sistema. É obrigatório ampliar a cobertura de áreas hoje descobertas, promovendo parâmetros para atenção e vigilância. É dever da gestão municipal humanizar os serviços, proporcionando bem estar e qualidade de vida; fortalecendo mecanismos regulatórios e menos burocráticos; valorizando, qualificando e dialogando permanentemente com os profissionais da área.

Assim, apresentaremos para o debate público, um conjunto de políticas, programas e ações que a coligação **TRABALHO DE VERDADE** quer realizar no âmbito da saúde municipal. As propostas estarão reunidas em cinco grandes temas:

- 1. Rede de cuidados em saúde: ampliação da cobertura, qualidade e acolhimento;**
- 2. Vigilância em saúde: práticas de atenção e controle;**
- 3. Humanização, bem-estar e qualidade no atendimento;**
- 4. Regulação assistencial e eficácia do cuidado;**
- 5. Cuidar de quem cuida: valorização, qualificação e diálogo permanente com os profissionais de saúde.**





João Pessoa é uma cidade marcada pela diversidade em função da presença e circulação de pessoas de várias idades, religiões e culturas. Conforme dados do IBGE, a cidade apresentou, em 2010, um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,763, o que a posicionou como a 14ª melhor cidade brasileira e a 2ª melhor do Nordeste, tendo sido as conquistas da educação nesse período um indicador determinante para essa classificação.

Durante esse período, a gestão do PSB e aliados implantou importantes programas e projetos educacionais, alguns deles premiados, tais como o Programa “Escola Nota 10”, o “Ano Cultural”, o “Dia de Brincar”, o “Projeto Xadrez na Escola”, o “Projovem Urbano”, o “Programa Bullying”, o “Saúde na Escola”, o Projeto “Elos”, o Projeto “Se Liga”, o Projeto “Robótica Educacional”, entre outros. Tornou também João Pessoa uma das primeiras cidades brasileiras a implantar o 14º salário para os professores da rede municipal de ensino, além de ter reajustado o piso salarial acima do nacional, o que representou o melhor salário do Norte e Nordeste e o quarto melhor do Brasil. Construiu 11 escolas, 16 creches e 37 ginásios poliesportivos. Além disso, reformou 85 escolas e 39 creches e implantou 12 escolas em tempo integral. Também realizou concurso público para o preenchimento de 991 vagas, universalizou os laboratórios de informática, superando, inclusive, todas as metas estabelecidas pelo IDEB.

Tendo sido beneficiada com esta herança bendita, a administração que agora deixa a prefeitura foi incapaz de dar prosseguimento e de aprimorar a política pública de educação, tão essencial para o desenvolvimento de nossa cidade e de nossa cidadania. O município enfrenta, hoje, um expressivo índice de analfabetismo: 8,1% da população, de acordo com o IBGE. Sofre com a ausência de uma política de atendimento específico para a educação de jovens e adultos (EJA) e com a desarticulação dos processos de enfrentamento ao analfabetismo. Se ressentido da fragilidade ou inexistência de programas de qualificação profissional, empreendedorismo e economia solidária. Perde com a ausência de uma política de per-

manência do estudante na escola, assim como de reconhecimento do protagonismo estudantil como requisito para a formação.

Para a coligação **TRABALHO DE VERDADE**, o necessário e inadiável enfrentamento do quadro de crise do sistema educacional do município exige, antes de tudo, a interlocução democrática com o conjunto da sociedade, com a comunidade escolar, lideranças comunitárias, professores e alunos da rede. Requer, também, ousar com responsabilidade para avançar nas políticas públicas de educação. Nosso projeto quer tornar João Pessoa uma **CIDADE DA EDUCAÇÃO**.

Construiremos um novo projeto educacional para João Pessoa, pautado na defesa da educação básica pública como um direito humano e como um dever de Estado, voltada para a cidadania, o desenvolvimento e o trabalho, articulada em torno dos seguintes eixos:

1. **Expansão do ensino e continuidade dos estudos;**
2. **Foco no ensino e na aprendizagem: traçando os caminhos para a qualidade;**
3. **Educação integral e integradora;**
4. **Educação especial;**
5. **Educação continuada e para o trabalho;**
6. **Educação digital;**
7. **Diversidade educacional e desenvolvimento humano;**
8. **Educação, cultura e esporte;**
9. **Gestão democrática educacional, sistema de avaliação e acompanhamento da vida escolar;**
10. **Protagonismo estudantil e família na escola;**
11. **Magistério motivado e valorizado.**



REDE PROTETIVA DE SEGURANÇA

A segurança pública tornou-se um problema estrutural em nosso país. De acordo com o artigo 144 da Constituição Federal, as políticas públicas de segurança são de competência dos governos estaduais e federal. Entretanto, nos últimos anos, algumas gestões municipais vêm se destacando com políticas inovadoras nessa área. Elas se caracterizam pela prevenção e pela conjugação de esforços, com os demais entes federativos, para viabilizar a redução da criminalidade. É a **Rede Protetiva de Segurança**.

Portanto, se faz necessário dar um caráter territorial às políticas de segurança pública, levando-se em consideração as regiões mais vulneráveis, estabelecendo parcerias com entidades da sociedade civil e monitorando de forma constante os índices de criminalidade.

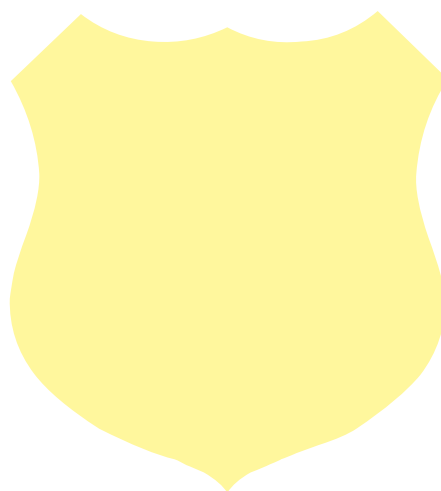
O que propomos para a gestão 2017-2020 é fortalecer a Rede Protetiva de Segurança para o enfrentamento da violência por meio de uma visão sistemática da realidade dos bairros, de acordo com as necessidades e expectativas da população. Neste eixo, os princípios norteadores para a eficácia dessa política envolvem uma gestão participativa da segurança pública, medidas de prevenção e monitoramento da violência de forma integrada, ações intersetoriais de inclusão social, requalificação dos espaços públicos urbanos e uma melhor capacitação da Guarda Municipal, conforme as diretrizes adiante:

1-Gestão participativa da segurança pública: proteção, prevenção e participação da população;

2-Prevenção da violência de forma integrada e responsável;

3-Tecnologia a favor da rede protetiva de segurança;

4-Guarda civil municipal cidadã.



HABITAÇÃO



O direito à cidade só é plenamente exercido quando o cidadão vive em condições de habitabilidade, conceito que não se limita à estrutura física das unidades habitacionais, mas propõe uma integralidade dos diversos aspectos da vida urbana. Posse legal da terra, conhecimento da morfologia do terreno, infraestrutura urbana adequada, serviços públicos e equipamentos comunitários, segurança pública, políticas culturais e desportivas e condições de acesso e mobilidade constituem requisitos fundamentais.

As gestões do PSB na Prefeitura de João Pessoa foram um divisor de águas na política habitacional do município. Entre 2005 e 2012 foram construídas 10.127 unidades habitacionais, dentro dos princípios da habitabilidade. Diversas ocupações irregulares acabaram, o que assegurou a milhares de famílias o direito à moradia digna. Entre os diversos conjuntos habitacionais criados, destaca-se o Gervásio Maia, com 1.336 unidades, à época o maior conjunto habitacional do Brasil, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida.

A atual gestão municipal, porém, descontinuou o ritmo do desenvolvimento da política urbana de João Pessoa, que atualmente possui um déficit habitacional de 23 mil unidades. Projetos importantes, concebidos ainda durante a gestão do PSB, estão paralisados. Além disso, o PAC Jaguaribe (Padre Hildon, São José, São Rafael e Tito Silva), o PAC Sanhauá (Beira da Linha, Porto do Capim e Comunidade dos S) e o Moradouro, são objetos de fortes questionamentos pela ausência de diálogo com as comunidades locais. Também já é possível observar o surgimento de novas ocupações irregulares em diversos bairros, pela omissão do governo municipal.

Para a retomada do ciclo virtuoso de desenvolvimento da política habitacional de João Pessoa, este programa de governo propõe atuar a partir dos seguintes PRINCÍPIOS NORTEADORES:

- Direito à Cidade como direito humano: efetivação dos princípios e garantias estabelecidos no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001);

- Habitação com habitabilidade: moradia digna com infraestrutura e serviços públicos adequados para viver bem;

- Redução do déficit habitacional do município em pelo menos 40%: construção de 10.000 unidades habitacionais em quatro anos;

- Combate à informalidade urbana: política ostensiva de urbanização e de regularização fundiária nos aglomerados subnormais.

Para a Coligação **TRABALHO DE VERDADE**, fortalecer o direito à cidade significa garantir moradia digna com habitabilidade e valorização ambiental. Desse modo, pode-se reduzir o déficit habitacional e tornar habitáveis todas as áreas objeto de intervenções urbanísticas para o pleno desenvolvimento das quatro funções sociais básicas locais: moradia, trabalho, circulação e recreação (Art. 2º, Estatuto da Cidade). Pretende-se também efetivar instrumentos previstos no Estatuto da Cidade para mitigar os efeitos da especulação imobiliária no espaço urbano, tais como o IPTU progressivo e a outorga onerosa.





DIREITOS E DESENVOLVIMENTOS HUMANOS

João Pessoa é a terceira capital com a maior taxa de homicídios de mulheres, segundo o Mapa da Violência Contra Mulheres (2015). A situação não é diferente quando se trata de mortes relacionadas ao racismo. Segundo o estudo Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial, nossa cidade é uma capital com alto índice de violência contra a população negra. Já no que se refere ao público LGBT há uma absoluta fragilidade na execução de políticas intersetoriais e omissão no que se refere a ações eficazes de enfrentamento à homofobia. Nossa cidade avançou grandemente nas políticas públicas voltadas para essa população na gestão PSB (2005-2012). Naquele período foram criados a Coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres, logo transformada em Secretaria; o Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra; uma Assessoria para a Diversidade Humana, ligada à Diretoria de Organização Comunitária e Participação Popular, mais tarde transformada em Coordenadoria Municipal de Promoção da Cidadania LGBT e Igualdade Racial; e Centros de Referência da Juventude. Isso foi decisivo para o reconhecimento dessas populações e para a elevação dos indicadores socioeconômicos, de participação política, de visibilidade social e de oportunidades. Atualmente, na cidade, ao contrário, o que se constata com enorme tristeza é um atraso inaceitável nas políticas públicas voltadas para esses setores. Nas questões relativas à política para mulheres e equidade de gênero, houve um inexplicável corte de recursos da Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para Mulheres (SEPPM). A consequente redução das

ações, provocou a incapacidade de fomento cultural e de políticas de incentivo ao trabalho, de autonomia das mulheres pessoenses, além do abandono dos grupos de apoio às mulheres vítimas de violência nos bairros. Nas políticas para a população LGBT, constata-se a inoperância no órgão municipal quanto à implementação de ações de visibilidade, cidadania e de enfrentamento às vulnerabilidades e violências contra esse segmento social. Em relação à população negra, pouco se tem feito para o combate ao racismo, inclusive o institucional. Chama atenção o vazio administrativo relativamente às ações de igualdade racial, especialmente quanto ao enfrentamento da mortalidade de jovens negros. Diante desse quadro alarmante, a coligação **TRABALHO DE VERDADE** está convicta de que o enfrentamento VERDADEIRO desse drama social requer a promoção da cidadania, o reconhecimento dessas populações, a implementação de políticas identitárias, o incentivo ao respeito às diferenças, a garantia da igualdade e a promoção da equidade, o combate intransigente e continuado à violência contra a mulher, ao racismo e à LGBTfobia.



ASSISTÊNCIA SOCIAL



Na atual gestão, são flagrantes os problemas relacionados com a Política de Assistência Social. Notadamente nas áreas de gestão de serviços, proteção básica, proteção especial e controle social. Essa incapacidade da atual administração municipal tem causado o sucateamento das unidades públicas, a limitação de acesso aos benefícios eventuais oferecidos pelo Balcão de Direitos, além de inúmeros problemas de infraestrutura nas unidades de acolhimento para crianças e adolescentes e nos Centros de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS). A prefeitura descumpre assim, abertamente as regras estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), pela ausência de cobertura do serviço no território. Com isso, a população fica desprovida de uma política pública de assistência social capaz de garantir proteção e cobertura de acesso aos serviços.

Para a coligação **TRABALHO DE VERDADE** esse é um dos mais graves problemas deixados pela administração que sai da Prefeitura e exige o estabelecimento de uma política pública de assistência social efetiva e eficaz, orientada para:

- **Garantia ao acesso a serviços e benefícios às famílias e indivíduos, de forma territorializada, descentralizada e intersetorial;**

- **Construção permanente do diálogo com os usuários, entidades não governamentais, profissionais e gestores, por meio dos diversos espaços de participação social;**

- **Valorização dos profissionais do SUAS.**

Essa proposta consiste em implantar e garantir a efetiva cobertura de acesso aos serviços socioassistenciais nos territórios e com atenção aos segmentos mais vulneráveis respeitando raça, etnia e diversidade de gênero. Portanto, uma política que garanta também a proteção social aos mais vulneráveis, e expostos aos riscos decorrentes das adversidades da vida e das situações de privação econômica. Uma política, enfim, que garanta o respeito aos trabalhadores e acrescente valor ao processo de intervenção social para melhoria das condições de vida de famílias e indivíduos.

Esse conjunto de ações dar-se-á, necessariamente, por meio da criação de condições para a educação permanente, a melhoria das condições de trabalho, o diálogo continuado com os usuários, entidades não governamentais, profissionais e gestores. Para tanto, a atuação do poder municipal obedecerá às diretrizes da Gestão dos serviços e benefícios, da Proteção básica, da Proteção especial e do Controle social sobre a gestão.





CULTURA

O reconhecimento da diversidade cultural é fundamental para fortalecer a identidade e autoestima da população. Cabe a um bom governo consolidar mecanismos de fomento e instrumentalizações que impulsionem as manifestações e expressões desta diversidade. Que estimule e fortaleça as tendências artísticas da cidade, ao abordar a cultura como política pública.

Durante o período em que foi gerida por quadros do PSB e aliados, a Fundação Cultural de João Pessoa (Funjope), por exemplo, protagonizou um salto exponencial no volume de recursos alocados ao setor. Entre 2005 e 2011, foi flagrante o contínuo crescimento de recursos destinados à política cultural. Se comparado ao último mandato anterior a esses, a execução financeira da Funjope, em 2011, representou um aumento de 1.417%.

Foram inúmeras e marcantes as iniciativas, projetos, programas e ações das gestões municipais do PSB;

Entre outras, podemos citar:

Circuito Cultural das Praças; Oficinas culturais nos bairros; Sabadinho Bom; Estação Nordeste; Criação de polos carnavalescos descentralizados; Fortalecimento do calendário da Orquestra de Câmara da cidade; Fortalecimento das atividades artísticas da Banda 5 de Agosto; Remodelagem da Paixão de Cristo; Encontro de Brincantes Brasileiros na Paraíba; Agosto das Letras; Setembro Fotográfico; Outubro do Teatro; Novembro da Dança; Salão Municipal de Artes Plásticas; Projeto Vértice; Música do Mundo; Implantação do Conselho Municipal de Cultura; Incentivo a criação de fóruns setoriais; Início da elaboração do Plano Municipal de Cultura; Adesão ao Sistema Nacional de Cultura; Proposta de reformulação do FMC; Aquisição da sede própria da Funjope; Criação da sala Funjope Multiuso; Presidência do Fórum Nacional de Secretários Municipais de Cultura; Subvenção para agremiações do Carnaval Tradição e aprimoramento da infraestrutura; Apoio à Folia de Rua; Apoio ao carnaval nos bairros; Subvenção para ala ursos; Subvenção para quadrilhas juninas; Apoio ao São João nos bairros.

Nos últimos quatro anos, ao contrário, nossa cidade sofre com a ausência de políticas culturais, com a descontinuação de projetos, com a falta de incentivos e de reconhecimento pelas manifestações e expressões culturais de nossa população. É o vazio, o avesso, o inverso, o atraso, um nada cultural.

A atual gestão, como se vê, não tem um compromisso sério com a defesa e a promoção da cultura. São perceptíveis a descontinuidade da política cultural da cidade e a ausência de qualquer outra ação nesta área. Chama atenção a inexistência de ações de arte e cultura como práticas integradoras e emancipatórias, nos equipamentos municipais de atendimento ao público. O que se vê são as obras paralisadas, outras em atraso, outras questionadas na justiça. Merece destaque, nesse caso, a paralisia da reforma do “Conventinho” (Convento Franciscano São Frei Pedro Gonçalves), no bairro do Varadouro, iniciada ainda em 2008; e o mais completo abandono do Centro Histórico.

A coligação **TRABALHO DE VERDADE** assume, aqui, seu firme compromisso com a promoção e valorização da cultura em sua dimensão cidadã, em sua diversidade e potencialidade produtivas. Nossa meta é oferecer novamente para a nossa cidade, as melhores condições, instrumentos e políticas de promoção cultural. Esse objetivo estratégico será estruturado a partir dos seguintes princípios norteadores:

- **A cultura como direito inerente da população;**
- **Manifestações culturais como fator essencial do desenvolvimento humano;**
- **Presença cultural nas 14 regiões da cidade.**

A diversidade cultural é um ponto importante para a afirmação identitária sociocultural de uma determinada população. É por meio de políticas afirmativas culturais que se pode avançar na promoção do público, da cidadania, da equidade. Compreendemos a promoção da cultura como estratégia para o reconhecimento da atividade artística, para a elevação da autoestima e da identidade local. Para a nossa coligação, a cultura é vista como instrumento de inclusão social, de profissionalização, de desenvolvimento humano.

Assim, nossas ações à frente da Prefeitura de João Pessoa serão orientadas para: Resgatar e fortalecer a cultura da cidade; Preservar a memória, o patrimônio e identidade cultural de nossa gente; Promover a socialização da cultura digital, da informação e da comunicação; Requalificar a gestão, a pactuação, o alcance social e a articulação das políticas culturais.





ESPORTES E LAZER

Uma gestão pública deve saber equilibrar o esporte/lazer na cidade, utilizando ações transversais nos campos da educação, da participação social e do rendimento esportivo. Uma boa política de esportes, portanto, precisa saber articular o planejamento, o acompanhamento, o desenvolvimento, a fiscalização e a execução de políticas públicas transversais e abrangentes para o setor. Deve considerar que o esporte, além de direito assegurado na Constituição, é também fator que contribui para o desenvolvimento social de jovens e adultos. Por isso, o poder público municipal tem o dever de criar e manter programas, projetos e atividades nessa área.

Toda a herança bendita construída nas gestões do PSB e aliados, durante oito anos em nossa cidade, lamentavelmente foi desprezada e desfigurada pela atual administração. Sua incapacidade de compreender e valorizar a importância dessas atividades para a população da cidade resultou no vazio e no abandono. São exemplos desse descaso o abandono do ginásio Hermes Taurino, no bairro de Mangabeira, a não implementação do programa Bolsa Atleta Municipal, de incentivo à carreira de novos atletas, a tímida e tardia recuperação de praças e quadras poliesportivas.

Para nós, da Coligação **TRABALHO DE VERDADE** João Pessoa pode e deve voltar a ter a forte e ampla participação da administração municipal no fomento qualificado e democrático das atividades esportivas e de lazer. Essa inadiável reconstrução exige o amplo envolvimento de comunidades, organizações sociais, representações da sociedade civil, instituições diversas. A experiência acumulada nas gestões socialistas, seus projetos e programas, atualizados e requalificados por especialistas e pela mobilização social, serão a referência para dotar, novamente, nossa cidade de uma política pública continuada e apropriada pela população, capaz de contribuir para a promoção da cidadania e da inclusão social.





**CIDADE EFICIENTE,
SUSTENTÁVEL,
CONTEMPORÂNEA**



MOBILIDADE URBANA

O planejamento de uma cidade deve ser uma tarefa compartilhada entre a sociedade, em suas diversas representações, e os gestores públicos. O princípio fundamental desse planejamento está diretamente relacionado ao direito à cidade, uma cidade justa e de qualidade, que possibilite o acesso amplo e democrático ao espaço urbano e a todos os seus serviços.

Nesse sentido, a mobilidade urbana é fundamental e se define como o resultado de um conjunto de políticas de transportes e circulações que possa promover esse amplo acesso com eficiência e segurança.

De uma forma geral, as cidades brasileiras enfrentam hoje graves problemas de mobilidade pelo descaso político e escolhas urbanísticas equivocadas, que em sua maioria priorizaram o transporte motorizado individual diante de tantas outras opções de deslocamento. Socialmente, essas escolhas foram desastrosas, pois desenvolveram uma cultura de grande dependência pelo automóvel, aumentando a demanda por ruas e vias e definindo a nossa mobilidade como de natureza 'rodoviarista'. Tudo em detrimento de uma política de mobilidade urbana sustentável que tenha como princípios a acessibilidade universal; o desenvolvimento urbano sustentável, nas dimensões socioeconômicas e ambientais; a equidade do acesso aos transportes com eficiência, eficácia, efetividade e segurança, para que se viabilize uma justa distribuição dos benefícios e ônus dos serviços urbanos.

Nas gestões do PSB e aliados (2005-2012), a cidade passou por grandes mudanças estruturais, que indicavam novos paradigmas urbanísticos de acordo com os princípios de mobilidade sustentável. Praças e ruas foram arborizadas; rotas alternativas foram possibilitadas; faixas de pedestres, ciclovias e calçadas foram construídas; o terminal de integração de transportes do Varadouro reuniu, com eficiência, as linhas de ônibus com a implantação da tarifa única; passeios públicos do Centro Histórico foram devolvidos à população com acessibilidade; o programa 'Caminho Livre' possibilitou novas rotas e o estudo de corredores exclusivos para ônibus,

além do convênio firmado para o PAC Mobilidade com as obras de calçamento, pavimentação, redimensionamento e requalificação de ruas e avenidas dos bairros da cidade.

Infelizmente, a perda de continuidade ideológica e de compromisso político, que a cidade sofreu com a gestão atual, estagnou o desenvolvimento urbano, principalmente quanto à mobilidade. João Pessoa hoje apresenta uma série de problemas relativos aos meios de locomoção da população, seja por meio dos transportes individuais (carros, motos etc) seja pela rede de coletivos (ônibus, trens etc). O tráfego intenso com congestionamentos já é uma realidade em algumas avenidas da cidade e é agravado pela ausência de vias alternativas, de uma rede de ciclovias e ciclofaixas e pela insuficiência e superlotação do transporte coletivo. Tais problemas afetam diretamente a qualidade do ar, com o excesso de gás carbônico propagado, além da poluição sonora emitida pelos veículos.

A atual gestão não deu continuidade ao PAC Mobilidade não foram implantados os três terminais de integração e os cinco corredores de tráfego com estações de passageiros. É o caso dos Corredores de Cruz das Armas, Pedro II, Epitácio Pessoa, Dois de Fevereiro e Tancredo Neves. Tampouco foi implantado o sistema de Bus Rapid Transit (BRT) de alta capacidade e velocidade. Na contramão da mobilidade, desativou o terminal de integração do Bairro Colinas do Sul, implantado na gestão do PSB e aliados.

Diante desse quadro, a coligação **TRABALHO DE VERDADE** se propõe a retomar o rumo dessa cidade, visando um desenvolvimento que possibilite, por meio das políticas de mobilidade, amplo acesso à cidade, com qualidade e eficiência, oferecendo alternativas que possam valorizar os meios de transporte mais democráticos e menos poluentes, além de conexões urbanas alternativas que minimizem os congestionamentos.

Tal política estruturar-se-á a partir das seguintes diretrizes:

A – Integração das políticas de mobilidade urbana com as políticas de desenvolvimento urbano e setoriais de habitação, saneamento básico, planejamento e gestão do uso do solo e infraestrutura;

B – Integração e gestão dos modos e serviços de transporte urbano;

C – Integração entre os bairros da malha urbana por diversos modais;

D – Priorização de projetos de redes de transporte público coletivo, estruturadores do território e indutores do desenvolvimento urbano integrado;

E – Implantação de rede de transportes não motorizados e incentivo ao deslocamento de pedestres;

F - Implantação de Plano de Mobilidade Específico para o Centro Histórico da Cidade.





INFRAESTRUTURA URBANA

O funcionamento de uma cidade é semelhante ao de qualquer casa. Ambas precisam ser habitáveis, seguras, limpas, saudáveis, harmônicas, com espaços compartilhados e em constante manutenção. A presença ou ausência de um ou mais desses elementos determina o grau de qualidade de vida de seus habitantes, independentemente de categorias sociais ou econômicas. A diferença, claro, está nas condições e oportunidades que são criadas para que as pessoas vivam bem na infraestrutura, proporcional a cada espaço. Um corredor que separa cômodos é equivalente à rua que interliga bairros. O banheiro é semelhante ao sistema de esgotamento sanitário. O jardim é a praça, a área verde. O lar e o município, no entanto, devem buscar a mesma sintonia entre as pessoas, com seus desejos e necessidades.

Melhorar as condições de moradia, educação, saúde, transporte, lazer ou a convivência urbana é tarefa igualmente similar entre provedores domésticos e gestores públicos. Para desempenhar bem o seu papel institucional, qualquer prefeitura deve cuidar dos seus com os meios de que dispõe, primando pelo bem-estar, com equilíbrio financeiro e justiça social.

A tarefa da Prefeitura de João Pessoa, portanto, é cuidar de seus habitantes, levando sempre em consideração os interesses coletivos e garantindo o direito das “minorias sociais”.

Nas gestões socialistas, foram enfrentados e resolvidos diversos problemas e tensões sociais então existentes em João Pessoa. Merece destaque a liberação para os pedestres dos passeios públicos (calçadas), com a reorganização do comércio informal em shoppings populares, a exemplo do Shopping 4x400, Varadouro e De Passagem. A orientação da gestão tinha como pressupostos que o todo é maior que o somatório das partes e a meta deve ser o desenvolvimento local sustentado, como um processo de mudança e elevação das oportunidades sociais. Tudo compatibilizando: crescimento e eficiência econômicos, equilíbrio ecológico e equidade social.

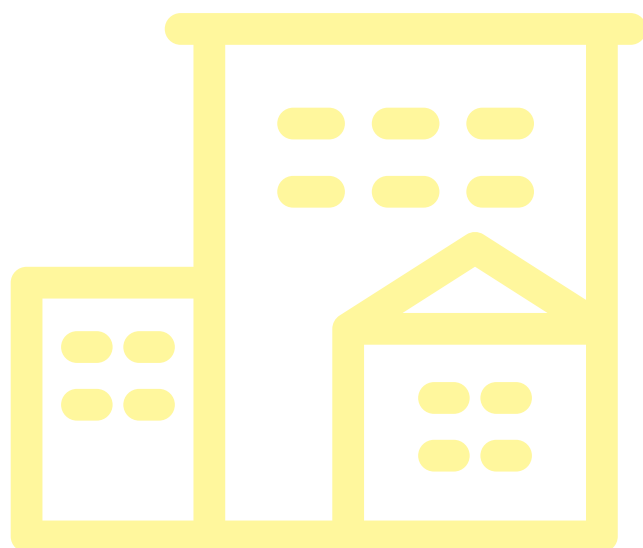
Assim, durante as gestões socialistas, nossa cidade conheceu, talvez, o seu maior salto de desenvolvimento urbano. Podemos citar, por exemplo, a drenagem e pavimentação de mais de 700 ruas; a implantação do saneamento ambiental e da urbanização das comunidades Alto do Céu, Taipa, Jardim Mangueira, Vem-vem, Porto de João Tota e Mandacaru; a revitalização dos Mercados Públicos Central, de Cruz das Armas e do Valentina; a construção das alças que interligam a Av. Beira Rio à BR 230; a duplicação da Avenida D. Pedro II; a revitalização da Feirinha e do Mercado de Peixes de Tambaú; a construção e revitalização de dezenas de praças públicas dotadas de equipamentos e de programação esportiva e cultural continuada; a construção da Estação Cabo Branco, Ciência, Cultura e Artes.

Assim como ocorreu em outras frentes de competência do município, a gestão que agora deixa a prefeitura negligenciou todos os avanços alcançados bem como foi incapaz de conceber e executar uma política que equipasse nossa cidade para o seu desenvolvimento urbanístico, econômico e social, no que se refere à infraestrutura urbana. Dentre seus fracassos destacam-se dezenas de estruturas urbanas (pontes, viadutos, passarelas) degradadas por falta de manutenção; o número reduzido de ruas e vias pavimentadas (apenas 38, em quatro anos); a morosidade na execução das obras de urbanização de áreas vulneráveis, a exemplo do Bairro São José, da comunidade do S, Saturnino de Brito e Porto do Capim; a devolução de milhões de reais destinados à política de mobilidade urbana, por inépcia; obras paralisadas por erros e má gestão, caso da elevação da Avenida Beira Rio e a pavimentação das vias de acesso à Estação Cabo Branco, Ciência, Cultura e Artes; obras incompletas e questionadas pelos órgãos de controle externo, caso da reurbanização do Parque Solon de Lucena; e a dramática degradação da barreira do Cabo Branco, ante a omissão e a inépcia do poder municipal.

Por isso a coligação **TRABALHO DE VERDADE** entende que reconhecer a importância de uma boa infraestrutura urbana requer uma maior atenção às ações relacionadas

com a equidade social, sustentabilidade do meio ambiente e diminuição das desigualdades territoriais. Esse conjunto deve se constituir no eixo responsável pela melhoria da qualidade de vida da população, assegurando aos cidadãos saneamento básico, eficácia dos serviços de iluminação pública, calçamentos adequados e padronizados, pavimentação, esgotamento sanitário e o acesso a equipamentos e serviços públicos.

Novas avenidas, programa de drenagem, coleta de resíduos, reordenamento de trânsito, equacionamento imobiliário, ampliação da iluminação pública, entre inúmeros outros pontos, compõem as propostas estruturantes que precisam ser retomadas e ter prosseguimento para que possamos recuperar os anos perdidos com o desleixo de administrações inoperantes.





MEIO AMBIENTE

O Código Municipal de Meio Ambiente institui que é de competência da Secretaria Municipal do Meio Ambiente elaborar e por em prática estudos, pesquisas e políticas públicas de preservação e conservação do meio ambiente e dos recursos naturais da cidade. Também é de competência desse órgão proceder à fiscalização das atividades de exploração florestal, da flora, fauna e recursos hídricos, devidamente licenciados, visando à conservação, restauração e desenvolvimento, bem como à proteção e melhoria da qualidade ambiental.

João Pessoa foi a primeira cidade do Brasil a elaborar o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica. Elaborado, em 2010, pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semam), em parceria com a Fundação SOS Mata Atlântica, com a colaboração da Secretaria de Planejamento (Seplan) e do Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM), o Plano pode ser considerado a principal realização da gestão socialista na área ambiental.

Seu objetivo foi o de construir um instrumento norteador das diretrizes ambientais para a gestão municipal e integrar projetos e ações em consonância com as leis e códigos ambientais vigentes, especialmente a Lei Federal da Mata Atlântica, 11.428/2006 e seu Decreto Federal nº 6.660/ 2008. Visou também à implementação das agendas de proteção do meio ambiente (Agenda 21) e ao fomento da educação ambiental como instrumento da política de meio ambiente para o município.

O Plano aponta as ações prioritárias e áreas para a conservação e recuperação da vegetação nativa e da biodiversidade da Mata Atlântica, com base em um mapeamento dos remanescentes do município. O Plano deveria, igualmente, fornecer os subsídios ambientais a programas de ação no âmbito dos Planos Municipais correlatos, tais como o Plano Diretor Municipal, o Plano Municipal de Saneamento Básico e o Plano de Bacia Hidrográfica.

O Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de João Pessoa surgiu para elaborar e planejar estratégias de políticas públicas relacionadas

à preservação do bioma, a partir de um mapeamento macroespacial referente à situação de conservação e degradação ambientais. Por isso, contem diretrizes metodológicas que abrangem o constante reordenamento do uso do solo urbano, sendo orientado responder a possíveis mudanças, conforme as diretrizes da política urbana de planejamento municipal.

De seus objetivos podemos destacar:

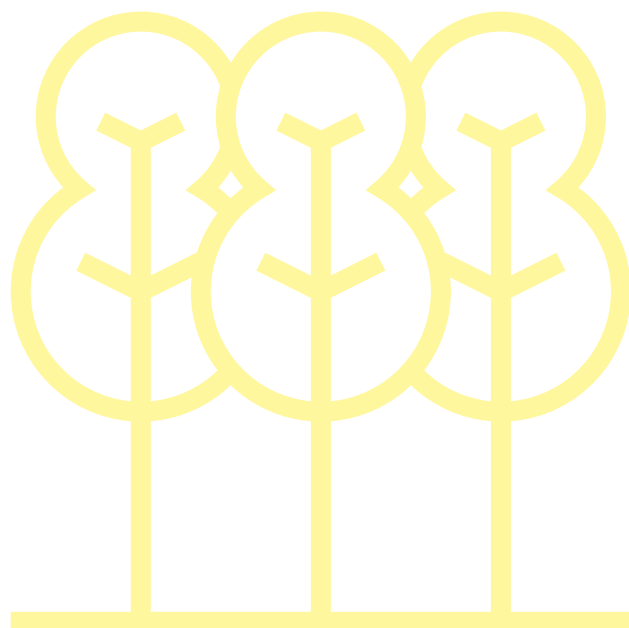
- Elaborar o mapeamento cartográfico de áreas com remanescentes vegetais, dimensionando-os e classificando-os de acordo com a relevância biológica;
- Diagnosticar as áreas degradadas e as características do meio físico onde elas se encontram, para priorizar as áreas de recuperação ambiental;
- Estabelecer diretrizes estratégicas de ação para a conservação e recuperação da Mata Atlântica do município de João Pessoa, considerando:
 - a. áreas prioritárias para conservação e manutenção dos serviços ambientais, que serão objetos de pesquisas e projetos futuros;
 - b. áreas prioritárias para recuperação, visando ampliar os fragmentos vegetais, criar unidades de conservação e corredores ecológicos para a conservação da biodiversidade;
 - c. áreas não prioritárias de recuperação e, portanto, destinadas à expansão urbana;
 - d. propriedades rurais potencialmente parceiras na conservação e preservação da Mata Atlântica.

Ignorando toda essa construção acumulada, a atual administração municipal, por suas omissões e fracassos, também nessa área, causou graves impactos e prejuízos à cidade e ao seu entorno metropolitano. Suas marcas foram a ausência absoluta de uma política ambiental, assim como de parâmetros sustentáveis de desenvolvimento urbano e econômico; o despreparo técnico e ge-

rencial para a elaboração e execução de projetos, de fiscalização e de regulação ambientais. Nesse quadro desastroso merecem destaque, por sua gravidade, o avanço descontrolado da erosão da barreira do Cabo Branco, patrimônio nacional; a poluição e o assoreamento de rios e mananciais, a derrubada indiscriminada de árvores; a ocupação desordenada do solo.

Assim é que a Coligação **TRABALHO DE VERDADE** se compromete firmemente com a retomada do legado das gestões socialistas, para a implantação de uma verdadeira Política Ambiental para o nosso município e seu entorno metropolitano. Tal política deve estruturar-se a partir de um conjunto articulado de planos, programas, projetos e ações voltados para o diagnóstico do potencial, dos limites e requisitos das áreas ambientais da nossa região, entendendo o meio ambiente e a intervenção humana dentro de uma só complexidade sistêmica.

Um compromisso, contudo, se sobrepõe a todos os outros: comprometemo-nos a enfrentar e resolver definitivamente a degradação do ponto mais oriental das Américas, a nossa barreira do Cabo Branco.





CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A cidade de João Pessoa enfrenta alguns desafios no que se refere à temática Ciência e Tecnologia. É necessário uma política em longo prazo que permita o desenvolvimento científico e tecnológico, a fim de oferecer à sociedade, melhores condições de vida e trabalho. Articular o pleno acesso à informação com o conceito de ciência e tecnologia como instrumentos para o desenvolvimento da cidade é garantir a promoção de avanços significativos no bem estar e na inclusão social.

Além da introdução dos recursos da ciência e da tecnologia na rede municipal de ensino, a gestão socialista implantou 23 Estações Digitais em todas as 14 regiões do município, promovendo a inclusão, por meio de cursos e acesso à internet. Criou a Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia, voltada para o planejamento estratégico da cidade na perspectiva de seu desenvolvimento científico e tecnológico. Utilizou a tecnologia da informação para o aperfeiçoamento da governança municipal, tornando João Pessoa a primeira capital brasileira a criar uma estrutura governamental inteligente, voltada para a transparência da gestão de gestão pública: o Portal da Transparência, ainda em operação e reconhecidos pela população e pelos controles externos.

Contudo, talvez, a mais marcante contribuição da gestão socialista para o desenvolvimento da ciência e tecnologia em nossa cidade foi a construção da Estação Cabo Branco - Ciência, Cultura e Artes.

Inversamente, a atual gestão não apenas deixou de fomentar políticas voltadas à ciência e tecnologia no mu-

nícipio como também ficou marcada pela baixa qualidade no fornecimento de conexões via internet em escolas e praças públicas e pela deterioração das Estações Digitais remanescentes no município.

A recuperação desse atraso provocado pelas deficiências da atual administração exige grande esforço de mobilização e de articulação do poder público municipal. O envolvimento cooperativo de vocações e expertises existentes nas instituições e segmentos organizados de nossa cidade constitui tarefa prioritária da nova gestão municipal, para dotar João Pessoa das condições necessárias a sua atualização e o seu desenvolvimento tecnológico. Tornar nossa cidade uma CIDADE INTELIGENTE exige rigoroso planejamento plurianual estratégico, voltado para o aprimoramento da estrutura existente e para a projeção das demandas futuras.

Para tanto, a Coligação **TRABALHO DE VERDADE** se compromete com a mobilização de recursos técnicos e materiais, de cooperação e fomento, para a elaboração e adoção do PLANO DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO PARA O MUNICÍPIO.



TURISMO



O turismo é reconhecido mundialmente como uma área geradora de emprego e renda. Atualmente apresenta uma cadeia produtiva constituída por 52 segmentos diferentes, o que o torna um dos maiores propulsores da economia internacional.

João Pessoa, como se sabe, tem um enorme potencial turístico. Suas belas praias urbanas, um significativo patrimônio histórico cultural, uma gastronomia típica e as particularidades virtuosas de seu povo oferecem a nossa cidade elementos privilegiados para o desenvolvimento do turismo local.

Nossa capital, porém, encontra-se inteiramente desprovida de políticas e incentivos para o aproveitamento estratégico e sustentável desse potencial. A atual gestão trata com descaso o Centro Histórico, isolando-o na degradação decorrente da ausência de ações que o revitalizem e potencializem sua importância para o desenvolvi-

mento do turismo. Além disso, desvalorizou a pasta, ao retirar seu orçamento, o que inviabilizou qualquer esforço para a elevação do trade turístico local.

A Coligação **TRABALHO DE VERDADE** tem como foco o reconhecimento da importância e dimensão do turismo na cidade de João Pessoa. Recuperaremos as condições necessárias ao desenvolvimento social econômico do turismo, incentivando, ampliando e fomentando atividades que movimentem o mercado e o fluxo de turistas em seus múltiplos atrativos no campo dos negócios, eventos, lazer, turismo religioso, gastronomia e cultura.



**CIDADE INTEGRADA,
DEMOCRÁTICA
E TRANSPARENTE**



TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR



No início de 2005, a cidade de João Pessoa desconhecia o significado do termo “gestão participativa”. As decisões acerca de programas, políticas, serviços e, sobretudo, da utilização dos recursos públicos não contavam com o conhecimento e menos ainda com a participação da população. A ação do governo socialista foi criar uma política de fortalecimento da participação popular como forma de garantir o controle social, ampliando a margem de acerto e o zelo pelo dinheiro comum. Assim nasceu o Orçamento Democrático, mecanismo de gestão que estabelece uma nova cultura política, possibilitando à população e aos gestores uma compreensão mais ampla dos problemas e soluções a serem priorizados na organização da cidade. Ao mesmo tempo constitui uma nova relação entre governo e sociedade, baseada no sentimento de pertencimento e no de corresponsabilidade.

Essa forma diferente de governar produziu uma ruptura com a cultura clientelista e patrimonialista por meio do resgate do caráter público e republicano dos bens e serviços municipais, com justiça social e desenvolvimento local sustentado. Consolidado por uma intensa participação da sociedade, esse novo formato de gestão imprimiu transformações estruturantes na administração municipal, cumprindo com os compromissos assumidos, sob a ótica da participação social.

Esses mecanismos contribuíram para o planejamento das ações do governo, no tocante às obras e aos serviços, às mudanças na cultura da participação cidadã, conferindo qualidade e compartilhando responsabilidades para com os espaços e equipamentos públicos.

A Ouvidoria Geral do município, criada na gestão socialista, permitiu o estabelecimento de um canal direto de comunicação (por meio de denúncias, reclamações, sugestões e elogios), o que possibilitou aos cidadãos e cidadãs avaliarem os serviços prestados pela Prefeitura, e também, fundamentalmente, propiciou uma mudança de paradigma na relação com a instituição pública.

Neste sentido, a Ouvidoria tem se constituído num recurso para proteger o cidadão contra erros, negligên-

cias, decisões injustas ou contra a má administração no serviço público. Ao mesmo tempo, tem contribuído para tornar os agentes públicos mais conscientes de suas responsabilidades, por suas ações, omissões e decisões.

Com a despersonalização do acesso às políticas públicas, por meio de critérios e oportunidades igualitárias, a população sentiu-se estimulada a participar daquele momento histórico, se apropriando da cidade onde vive, com braços e mentes abertas. Para isso, encontrou espaços e novos mecanismos foram criados, a exemplo da Ouvidoria, que vem reinventando a relação governo-cidadão e no Orçamento Democrático, que possibilitou a discussão e definição das prioridades de governo com a participação democrática da população.

Essas políticas estruturantes e fundadoras de uma nova cultura pública, espantosamente, foram descaracterizadas e descontinuadas por completo pela gestão que agora deixa a prefeitura.

Para recuperar a perspectiva de uma governança democrática, de mudança de mentalidades e VERDADEIRAMENTE participativa e transparente, a coligação TRABALHO DE VERDADE propõe entre outras ações requalificar e ampliar a atuação da Secretaria de Transparência, o sistema de Ouvidoria e da Gestão da Informação, estabelecer novos compromissos e padrões de qualidade para o atendimento ao público. Além de assegurar a ampliação das informações ativas do Portal da Transparência e de reestabelecer as competências originais da Ouvidoria Municipal, assegurando o direito fundamental de acesso à informação (Lei nº 12.527/2011).



PLATAFORMA METROPOLITANA

Não se pode pensar, planejar e gerir as cidades modernas sem considerá-las como centros das ÁREAS METROPOLITANAS em que estão inseridas e que demarcam o seu entorno. O modelo brasileiro de desenvolvimento e de expansão urbana resultou em aglomerados populacionais concentrados em municípios diversos que gravitam em torno das grandes cidades e capitais, compartilhando com elas demandas, vocações, potenciais e, também, problemas.

Essas interações não apenas oferecem diversas possibilidades para a requalificação das cidades, com a perspectiva do aperfeiçoamento da qualidade de vida e do atendimento dos direitos de cidadania, como também requerem a cooperação entre as gestões municipais para a solução de problemas comuns.

Dos fluxos continuados e crescentes das populações metropolitanas resultam desafios para as administrações municipais, especialmente no que se refere aos serviços e equipamentos das áreas de segurança pública, mobilidade urbana, saúde e desenvolvimento econômico. Diante desse quadro cada vez mais comum, o que prevalece é o isolamento, a fragmentação e a desarticulação das ações e investimentos das prefeituras municipais; o que, muitas vezes, resulta em prejuízos e no agravamento dos problemas.

A Região Metropolitana de João Pessoa reúne 12 municípios e tem, hoje, uma população de mais de 1.250.000 habitantes. Diariamente, afluem para a capital do estado centenas de pessoas dessas cidades para seus postos de trabalho ou à procura de serviços públicos diversos. Igualmente, centenas de residentes em João Pessoa circulam por esses municípios.

A saúde é uma das áreas mais sensíveis para a busca de soluções no âmbito metropolitano. A população da região pode ser beneficiada com a pactuação da prestação de serviços de saúde na rede municipal de João Pessoa. Para tanto, é necessário fortalecer a Secretaria Municipal de Saúde e acordar a descentralização dos serviços de média complexidade, integrar a rede de urgência emergência (UPAs, hospitais e prontos atendimentos) e

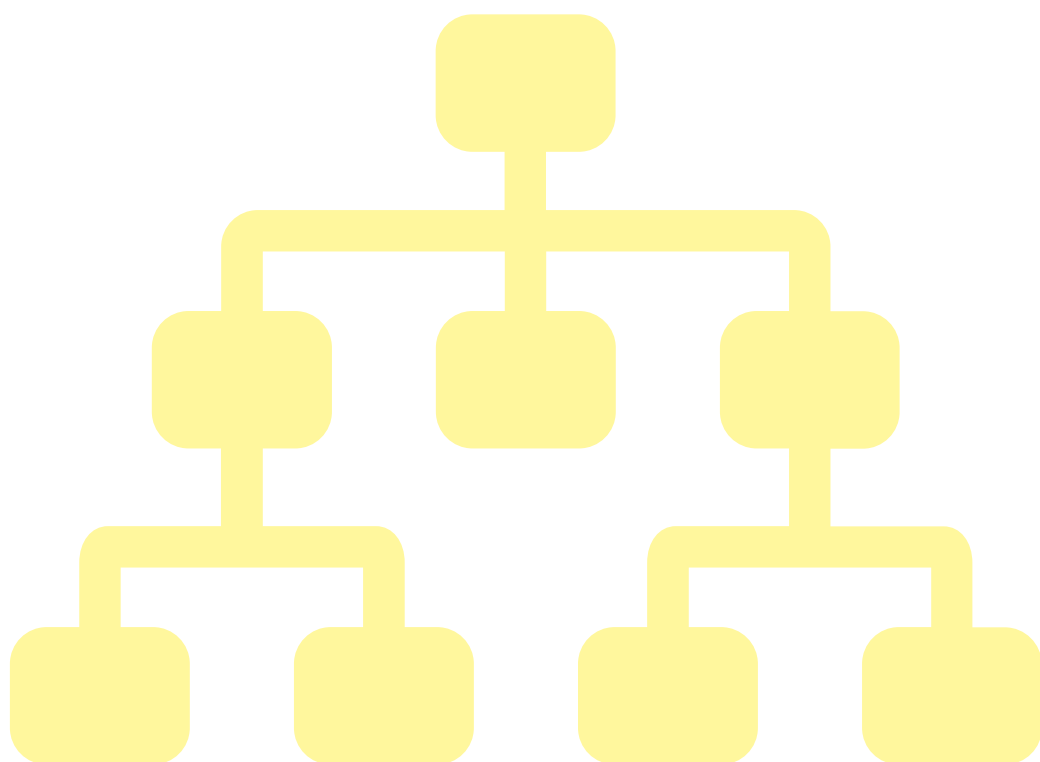
reformular a pactuação de exames e consultas especializadas. Assim, a criação de um consórcio intermunicipal de saúde na Região Metropolitana de João Pessoa seria uma contribuição fundamental para a plena implementação do Sistema Único de Saúde. Contribuiria decisivamente para a eficiência da gestão de pessoal, o que atualmente representa para os gestores públicos um dos maiores desafios, diante da necessidade do cumprimento da lei de responsabilidade fiscal. Seria, também, importantíssimo para a aquisição econômica de itens para a saúde. Viabilizaria as aquisições centralizadas de itens diversos para a saúde; o que representaria economia de recursos e o enxugamento de estruturas administrativas desnecessárias e que hoje possuem a mesma função.

Outro problema estrutural de nossa Região Metropolitana, cuja solução passa por ações intermunicipais, é a mobilidade urbana. João Pessoa concentra uma gama de serviços e empregos que leva a população dos onze municípios de seu entorno a circular pela cidade diariamente. Nesse sentido, é fundamental a criação de uma integração metropolitana, bem como a instituição do bilhete único. Também é possível estabelecer parcerias entre a administração da cidade e as demais prefeituras para, por exemplo, viabilizar o transporte de estudantes de ensino médio e universitários. Essa interação, tão tardia quanto necessária, pode, ainda, propiciar um diálogo institucional permanente entre as diversas prefeituras para solucionar questões relativas ao transporte alternativo.

A rede protetiva de segurança pode ser fortalecida por alternativas pensadas no âmbito metropolitano. Apesar de a segurança pública ser de competência dos estados e de exigir soluções nacionais, cada vez mais os municípios brasileiros vêm adotando ações preventivas voltadas para mitigar a criminalidade. Alguns desafios que podem ser propostos são os da criação de um sistema metropolitano de monitoramento de segurança, com o uso de novas tecnologias, a implantação de um centro de formação regional de guardas civis municipais e a integração das guardas civis com as polícias civil e militar. O Desenvolvimento econômico e social sustentável pode também ganhar envergadura e estímulo novo com a in-

tegração metropolitana. Atividades em áreas diversas como o turismo, a construção civil, a produção rural e industrial, o meio ambiente, podem se beneficiar da cooperação organizada entre os municípios e ganhar importância como fatores de geração de emprego, renda, empreendedorismo social, qualidade de vida.

Assim é que apontar soluções para alguns dos entraves que limitam o desenvolvimento econômico e social de nossa capital e municípios vizinhos, bem como para enfrentar os problemas decorrentes do aumento e da concentração populacionais, passa por pensar alternativas no âmbito metropolitano. No caso de nossa região, cabe à PMJP a iniciativa de provocar e liderar esse debate e essa mobilização institucional.



**CIDADE
ACESSÍVEL E
INCLUSIVA**



Não é de hoje que vemos estruturas inadequadas e inacessíveis de prédios públicos, a ausência de rampas de acesso, a falta de padronização das calçadas, a inexistência de materiais em braile e intérpretes de Libras em muitas escolas e a ausência de sinais sonoros nas travessias de ruas e avenidas. Além disso, é perceptível o desrespeito de empresas ao não cumprimento das normas e leis definidas que garantem o direito das pessoas a terem acessibilidade.

O descaso com o cidadão que não tem nenhum tipo de deficiência, é visível, mas para aqueles que detêm algum tipo de deficiência é ainda mais complicado. A acessibilidade sem a intervenção e suporte do poder público, que a compreenda como um problema público faz com que a dificuldade para essas pessoas se torne ainda maior. Tirar o direito de ir e vir, por ação ou omissão, é ferir a Constituição Federal.

Na gestão do PSB e aliados é possível lembrar da recuperação e liberação das calçadas no centro da cidade, a implantação dos Centros Dia e de Referência, bem como a construção de 12 escolas com acessibilidade. É impossível esquecer da política de transportes coletivos acessíveis, que garantiu o deslocamento das pessoas com deficiência às regiões da cidade.

A atual gestão não cumpriu com grande parte do programa de governo que estabelecia diretrizes para garantir direitos da pessoa com deficiência. Deixou de criar um organismo governamental de políticas de inclusão para as pessoas com deficiência. Omitiu-se quanto à criação de um Centro especializado de reabilitação. Não instituiu uma política municipal do paradesporto. E não garantiu um sistema de transporte especial acessível, como determina o Decreto nº 7.512/11 (Plano Viver sem Limites). Não construiu o Centro de Inclusão para pessoas com deficiência, e abandonou o Programa de Inclusão e Cidadania das pessoas com deficiência.

Para isso, a Coligação TRABALHO DE VERDADE orienta-se pelos seguintes princípios norteadores que irão garantir o acesso de todas as pessoas com deficiência aos recursos, direitos e serviços básicos:

- **Cidade sem discriminação**
- **Garantia dos direitos da pessoa com deficiência**
- **Ampliação da participação do segmento enquanto sociedade.**



CIDA RAMOS

P R E F E I T A P S B 4 0

